

DIÁRIO DE CUIABÁ

Cuiabá, quarta-feira, 5 de abril de 2000

Ano XXXII - N.9565 - Capital R\$ 1,00 e interior 1,50

MEIO AMBIENTE

Estudo independente condena Hidrovia Araguaia-Tocantins

Relatório omite questões antropológicas; discussão vai parar na Justiça

JOSÉ LUIZ MEDEIROS/DC



Ribeirinho pesca no rio Araguaia e observa barco com índios tapirapé: nações são contra a hidrovia

Uma audiência popular realizada em São Félix do Araguaia (1,1 mil km a Nordeste de Cuiabá), no fim da semana passada, divulgou para a população local detalhes sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins que até então não eram conhecidos. O evento foi realizado pela Prefeitura de São Félix e pela Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac). Durante seis meses, especialis-

tas da fundação analisaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra. E questionam a isenção dos resultados. Ao longo de 2.516 km (de MT ao MA), a obra passa por 35 aldeias indígenas ribeirinhas. Uma liminar solicitada por Ong que representa os xavantes de Pimentel Barbosa e Areões, foi acatada, no sentido de proibir qualquer obra no rio. Página B1

Cuiabá, quarta-feira, 05 de abril de 2000

MEIO AMBIENTE

Estudo independente condena hidrovía Araguaia-Tocantins

Documento apresentado no último final de semana questiona o EIA/Rima elaborado pela Fadesp

JOSÉ LUIZ MEDEIROS/DC



Pintados para a guerra, índios karajás acompanham a audiência popular sobre a hidrovía em São Félix

JOANICE PIERINI LOUREIRO

Enviada Especial
 São Félix do Araguaia

Uma audiência popular realizada em São Félix do Araguaia (1,1 mil quilômetros ao nordeste de Cuiabá) no último final de semana divulgou para a população local detalhes sobre a hidrovía Araguaia-Tocantins que até então não eram conhecidos. O evento foi realizado pela Prelazia de São Félix do Araguaia e pela Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac). Durante seis meses, especialistas da Fundação analisaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra. E questionam a isenção dos resultados.

O estudo da Cebrac, chamado "Painel de Especialistas Independentes", analisou o EIA/Rima feito por técnicos da Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (Fadesp), da Universidade Federal do Pará (UFPA), a pedido da Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (Ahitar), da Companhia Docas do Pará (CDP). O EIA/Rima foi protocolado junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) em março do ano passado. A Cebrac teve acesso a uma cópia integral do Estudo em setembro do ano passado, quando começaram as análises do Painel.

O EIA/Rima analisado pela Cebrac é o segundo confeccionado, desde que o governo federal divulgou intenções de implantar a hidrovía. O primeiro deles, concluído em 1996, foi rejeitado pelo Ibama, porque não continha aspectos antropológicos. Ao longo de 2.516 quilômetros, de Mato Grosso ao

Maranhão, a obra passa por 35 aldeias indígenas ribeirinhas. Na época, mesmo antes da aprovação da obra, chegaram a ser colocadas placas sinalizadoras para as barcas. Uma liminar solicitada pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), entidade não-governamental que representa os índios xavantes de Pimentel Barbosa e Areões, foi acatada, e continua tendo validade, no sentido de proibir qualquer obra no rio.

A segunda versão do EIA/Rima também está sendo questionada na Justiça, de acordo com o advogado do ISA, Fernando Mathias Baptista, que também participou do Painel de Independentes. No EIA, o estudo sobre os possíveis impactos nas aldeias, feito por sete antropólogos, teria sido editado pela Ahitar. Em agosto do ano passado, quatro antropólogos divulgaram uma carta, descrevendo a manipulação do conteúdo. A partir desta carta, o ISA e o Ministério Público Federal de Goiás movem uma ação contra a Ahitar. Por conta destas ações, cinco audiências públicas que seriam realizadas a partir da conclusão do EIA, foram também suspensas.

O superintendente da Administração, Rogério Barzellay, não esteve em São Félix do Araguaia, por orientações da assessoria jurídica da Ahitar. Ontem, por telefone, Barzellay afirmou que não reconhece o Painel como um estudo técnico. "Não foram adotados modelos matemáticos corretos", afirma. "Não tiveram a delicadeza de nos mandar uma cópia. Ficamos sabendo do resultado através da imprensa", diz. Através da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Ahitar está pretendendo fazer um debate, entre os especialistas, para esclarecer a população sobre o assunto.

Geólogo alerta para o risco de assoreamento e alagamento

Da Enviada Especial

Entre os impactos ambientais mais graves que a hidrovía Araguaia-Tocantins pode acarretar, o assoreamento das nascentes do rio Araguaia e o alagamento de outras porções ao longo do curso são os mais prováveis, segundo o geólogo Tadeu Veiga, que também participou do Painel de Especialistas Independentes da Cebrac. Trinta páginas do estudo são dedicadas à análise geológica do EIA/Rima. Com estes impactos, podem se desfazer as lagoas que margeiam o rio, o que também traria consequências ao ciclo de vida dos peixes.

Segundo Veiga, o Rio Tocantins é de planalto, com leitos definidos, e nestas localidades os impactos não devem ser de grande proporção. O mesmo não ocorreria com o Araguaia, um rio de planície cuja sedimentação ainda está em curso. "Trata-se de um rio com baixa declividade, sinuoso, comparável aos do Pantanal e à Ilha de Marajó", explica o geólogo. Ao retirar com dragagem os sedimentos do fundo do rio — o que seria necessário especialmente na época da seca — a velocidade da água aumentaria, e faria "escorrer" as lagoas que margeiam o Araguaia, causando ainda erosões.

Além da dragagem, para tornar o rio navegável durante todo o ano seria necessária ainda a retirada de pedrões existentes ao longo de seu curso, o que também faria com que a velocidade da água aumentasse. "Isto representa assoreamento rio abaixo e enchentes rio acima", descreve o pesquisador. "Quanto mais areia tirar, mais areia virá. Serão necessárias obras infundáveis", comenta o pesquisador. Ao longo dos tempos, este processo de sedimentação vai acontecer, segundo Veiga. "Acelerar este processo pode ter consequências intoleráveis", destaca. (JPL)

Obra ameaça sobrevivência de peixes

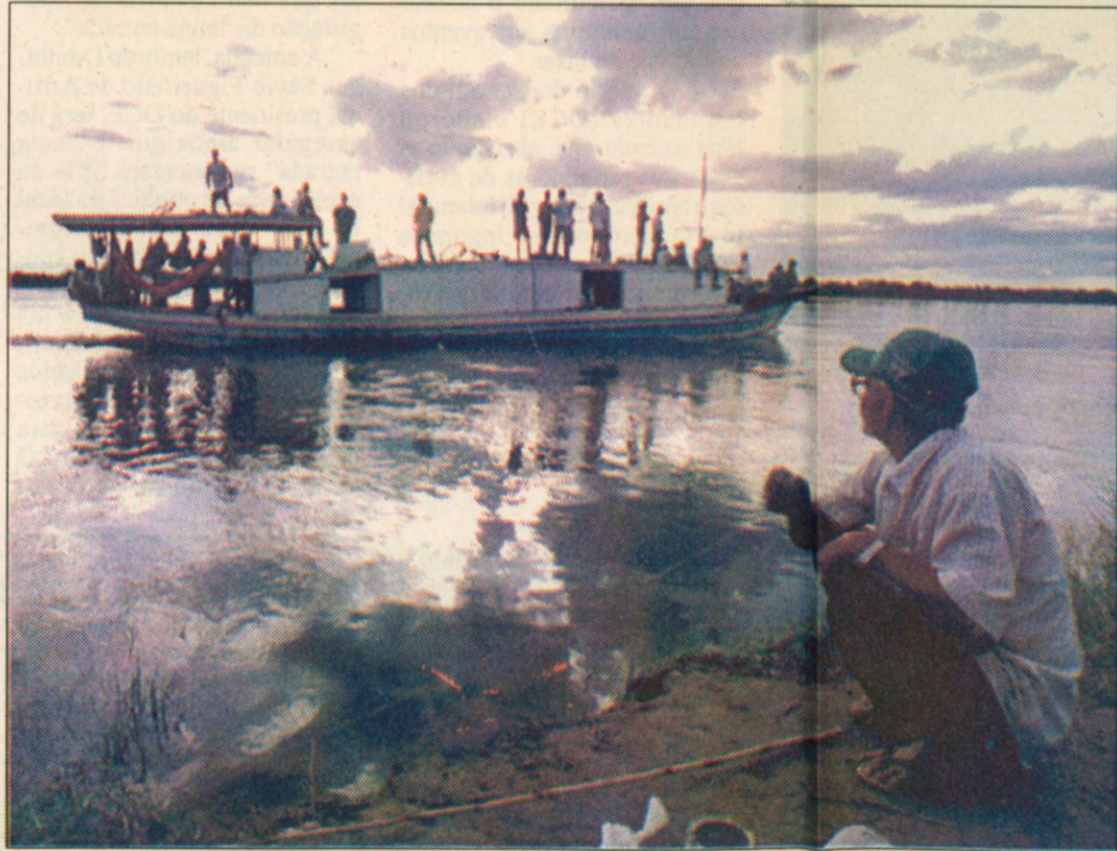
Da Enviada Especial

Como consequência da diminuição do volume de água nas lagoas que margeiam o Rio Araguaia, todo ciclo de vida dos peixes da região vai ser afetado. A avaliação é do biólogo Alberto Carvalho Peret, professor da Universidade de São Carlos (Ufscar), que analisou o EIA da hidrovía sob o ponto de vista da ictiofauna. "Estas lagoas produzem os alimentos dos peixes, e são usadas ainda como 'berçário' de algumas espécies, e refúgio de outras. Sem elas, a reprodução dos animais estará totalmente comprometida", afirma.

Segundo Carvalho, para compreender o ciclo de vida dos peixes, é preciso entender as cheias e secas, no chamado pulso de inundação. "A cheia alaga as margens, e traz para o leito os nutrientes da qual os peixes precisam para sobreviver", descreve. Grande parte destes nutrientes fica nas lagoas, que funcionam como maternidade de algumas espécies, justamente atraídas pela fartura de alimentos. Também é para estas lagoas que os peixes mais jovens fogem de predadores maiores, comuns no leito do rio.

Somente com cerca de um ano de vida, depois da seca, e novamente com uma inundação, estes peixes pequenos, já resistentes, ganham o leito do

JOSÉ LUIZ MEDEIROS/DC



À beira do rio Araguaia, pescador observa barco que leva índios tapirapés de volta às aldeias

rio. "Por isso, todo e qualquer estudo sobre o Araguaia tem que ser feito em pelo menos um ano", analisa. No EIA, os técnicos da Fadesp estudaram o rio por somente três meses, o que torna o Estudo incompleto, na opinião de Carvalho. Além disso, o biólogo questiona ainda a forma de captura dos peixes

estudados. "Só usaram malha-deira, quando na verdade a gente sabe que muitos peixes só caem em anzol", critica Carvalho.

O biólogo destaca ainda questões relativas à biodiversidade. "A variedade de peixes do Araguaia é pequena. São pouco mais de 200 espécies. No entanto, são peixes encontrados

exclusivamente lá, que não temos em nenhum outro lugar da Amazônia, ou do mundo", destaca. O chamado popularmente peixe flamengo (um piauçu listrado), e o pacu branco, são alguns exemplos. "Abrir mão desta diversidade pode representar a perda de diversos potenciais", afirma. (JPL)

Impactos ambientais tornam projeto inviável, diz ong

Da Enviada Especial

O coordenador da Cebrac, Maurício Galinklin, acredita que os impactos ambientais que a hidrovía vai causar tornam o empreendimento inviável. Mas, além disso, os aspectos de viabilidade econômica também são questionados pela Fundação. "O estudo não foi feito por uma boa equipe. E para esta equipe não foi dado tempo suficiente. Não se dispuseram a fazer um bom trabalho, porque acharam que ninguém leria", diz.

Galinklin acredita que houve manipulação de informações no EIA/Rima. Segundo o coordenador, o Estudo só cita a primeira fase dos investimentos, cujos custos são menores, e não fala da construção de portos e estradas que são necessárias para alimentar o escoamento de produtores pelo rio.

"A hidrovía é um projeto do governo federal, mas os técnicos não se deram ao trabalho de cruzar as informações da obra com outros empreendimentos do próprio governo", critica. Entre tais empreendimentos, segundo o coordenador, estão a Ferrovia Norte-Sul (que vai ligar Belém a Goiânia, quase paralelamente à rodovia Belém-Brasília) e a Ferrovia Norte.

"São empreendimentos concorrentes à hidrovía, o que a torna inviável do ponto de vista

econômico", aponta. Além disso, no Painel de Especialistas Independentes, é citado um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que aponta a região de abrangência da hidrovía como necessária para conservação, e não para exploração agrícola. "Com a hidrovía, o governo quer incentivar o plantio de soja no Vale do Araguaia, o que é um inviável para a região", diz. O coordenador lembra ainda que estão sendo desenvolvidas diversas pesquisas, no sentido de tornar o transporte ferroviário tão barato quanto o hidroviário. "A Companhia Vale do Rio Doce já conseguiu custos inferiores", diz. O tempo necessário para o transporte hidroviário — oito dias entre o Araguaia e o Porto de Itaquí, no Maranhão — também é questionado, já que por ferrovia seriam necessários dois dias.

No Painel de Especialistas Independentes, um dos capítulos é destinado exclusivamente ao incentivo do turismo, atividade considerada ideal para a região. Outro estudo do Cebrac, chamado "Oportunidade de Geração de Emprego e Renda no Cerrado", aponta cerca de 700 produtos que podem ser explorados no cerrado, sem impactos ambientais ou introdução de tecnologias de grandes proporções. (JPL)